

INSTITUTO SOCIOASSISTENCIAL TERRA LIVRE

Relatório dos auditores

independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas Explicativas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto Socioassistencial Terra Livre
CNPJ: 05.312.502/0001-71
Aparecida de Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Socioassistencial Terra Livre, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos nessas datas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Socioassistencial Terra Livre, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto Socioassistencial Terra Livre, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto Socioassistencial Terra Livre continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto Socioassistencial Terra Livre ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Terra Livre.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Terra Livre. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto Socioassistencial Terra Livre a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 20 de dezembro de 2025.



RAYC Consultoria Empresarial EIRELI
CRC-GO 002363/O-9



Rands Alves Consta Júnior
CRC-GO 017121/O-9 CNPC: 5186

Instituto Socioassistencial Terra Livre

CNPJ: 05.312.502/0001-71

Balanco Patrimonial

Em reais

Ativo	31/12/24	31/12/23	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/24	31/12/23
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponibilidade	118.324	62.066	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira	466.993	148.613	Fornecedores	-	2.619
Duplicatas a Receber	-	-	Obrigações Trabalhistas	28.166	34.879
Adiantamento a terceiros	543	110	Obrigações Tributárias	-	-
Adiantamentos de Salários	-	-	Contas a pagar	328.740	-
Impostos a Recuperar	2.036	-		356.905	37.497
Despesas do Exercício Seguinte	-	-			
	587.895	210.789	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Empréstimos e Financiamentos	-	-
Investimento	347	-	Débitos Tributários	-	-
Empréstimos para terceiros	-	-		-	-
Imobilizado Líquido	478.969	63.470	PATRIMÔNIO SOCIAL		
Intangível	-	-	Superávit/Déficit Acumulados	186.204	131.278
	479.315	63.470	Superávit/Déficit do Exercício	524.102	105.484
				710.306	236.762
Total do Ativo	1.067.211	274.260	Total do Passivo	1.067.211	274.260

Instituto Socioassistencial Terra Livre
CNPJ: 05.312.502/0001-71
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício
Em reais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacional Bruta		
Eventos e Campanhas	65.774	-
Convênios / Subvenções	68.190	142.520
Doações do Exterior	9.679	30.380
Doações pessoa física	151.972	159.713
Doações pessoa jurídica	557.498	302.315
Projeto Sede Própria	257.725	-
Outras receitas	-	-
Receitas com Gratuidades	255.099	403.374
(=) Total das Receitas de Assistencia Social	1.365.938	1.038.301
(-) Deduções da Receita	-	-
(=) Receita Líquida	1.365.938	1.038.301
(-) Custos de Serviço de Assistencia Social		
(-) Custos de Assistencia Social	-	-
(=) Total dos Custos de Assistencia Social	-	-
(=) Resultado Operacional Bruto	1.365.938	1.038.301
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(612.652)	(541.307)
Despesas com gratuidades	(255.099)	(403.374)
Despesas não monetárias	-	-
	(867.751)	(944.680)
(+/-) Resultado Financeiro		
Receita Financeira	30.029	12.895
Despesa Financeira	(4.114)	(1.032)
	25.915	11.863
(=) Resultado Operacional Líquido	524.102	105.484
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	-
(+/-) Provisões	524.102	105.484
(+/-) Isenções Usufruidas		
Renúncia Fiscal Obtida	-	-
Renúncia Fiscal Usufruida	-	-
	-	-
(=) Superávit/Déficit do Exercício	524.102	105.484
	38,37%	10,16%

Instituto Socioassistencial Terra Livre
CNPJ: 05.312.502/0001-71
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
Em reais

Descrição	Superávits/Déficits Acumulados	Superávits/Déficits do exercício	Total
Saldo Inicial 31/12/2022	253.777	(39.760)	214.017
MOVIMENTO DO ANO DE 2023			
Superávit/Déficit acumulados	(39.760)	39.760	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(82.739)	-	(82.739)
Superávit/Déficit do Exercício de 2023	-	105.484	105.484
	131.278	105.484	236.762
MOVIMENTO DO ANO DE 2024			
Superávit/Déficit acumulados	105.484	(105.484)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(50.559)	-	(50.559)
Superávit/Déficit do Exercício de 2024	-	524.102	524.102
	186.204	524.102	710.306

Instituto Socioassistencial Terra Livre

CNPJ: 05.312.502/0001-71

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em reais

Descrição	31/12/24	31/12/23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro ou Prejuízo do Período	524.102	105.484
(+/ -) Ajustes de Exercícios Anteriores	(50.559)	(82.739)
Contas a receber de Curto Prazo		
Créditos Diversos	(433)	90.145
Adiantamentos de Salários	-	2.177
Impostos a Recuperar	(2.036)	881
Despesas Antecipadas		
Depósitos Judiciais		
Fornecedores	(2.619)	(7.861)
Obrigações trabalhistas	(6.713)	1.644
Obrigações Tributárias	-	-
Contas a Pagar	328.740	(216)
Parcelamentos	-	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	790.482	109.516
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Movimento do Ativo Imobilizado / Depreciação	(415.498)	3.376
Movimento de Intangível	-	-
Movimento de Investimentos	(347)	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(415.845)	3.376
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos	-	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
(=) (Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	374.637	112.892
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
Disponibilidade no início do exercício (Caixa + Bancos + Aplicações)	210.679	97.788
Disponibilidade no final do exercício (Caixa + Bancos + Aplicações)	585.316	210.679
(=) (Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	374.637	112.892

Instituto Socioassistencial Terra Livre Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

1. Informações sobre a Entidade

O Instituto Socioassistencial Terra Livre é uma instituição de assistência social e proteção da criança e adolescente, de educação, cultura, desportos, desenvolvimento, sem fins lucrativos.

Organizada sob a forma de associação privada de fins não econômicos, fundada informalmente no Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1997, e em Goiânia, formalmente no dia 23 de setembro de 2002, e em Aparecida de Goiânia em 02 de julho de 2009, por tempo de duração indeterminado, sua sede atualmente está localizada à R Tamboril, Quadra 11, Lote 09, Bairro Residencial Caraíbas - Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil. O instituto tem por objeto, serviços de assistência social sem alojamento conforme CNAE 88.00-6- 00.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nº 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na versão completa. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente suas operações. As demonstrações

financeiras são apresentadas em mil reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Sindicato.

c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração do Instituto Socioassistencial Terra Livre, faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

O Instituto Socioassistencial Terra Livre revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis encerradas nos períodos social findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e seguem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação às diretrizes contábeis e demais legislações aplicáveis no Brasil, com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76, alteradas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, e nos pronunciamentos, das orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábil, na versão completa e ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Créditos Diversos

São compostos por adiantamentos a fornecedores e adiantamentos salariais. Adiantamento a fornecedores ocorre quando o instituto paga um valor específico ao fornecedor por conta da aquisição de bens e ou serviços, antes do recebimento do produto ou serviço solicitado ao fornecedor e ou emissão do documento fiscal. Os valores destinados como adiantamento salarial devem ser abatidos em folha de pagamento.

c) Impostos a recuperar

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre as aplicações financeiras do Instituto. Por se tratar de entidade sem fins lucrativos, isentas de imposto de renda conforme o art. 15 da Lei nº 9.532/1997, os valores de IRRF são passíveis de restituição ou compensação e o IOF é registrado quando há expectativa de recuperação, conforme legislação vigente. Os montantes são apurados com base nos informes fornecidos pelas instituições financeiras e avaliados periodicamente quanto à sua realização.

d) Investimentos

Os investimentos compreendem as integralizações de cotas-partes de capital junto à cooperativa de crédito SICCOB, das quais a entidade é cooperada, em conformidade com a Lei nº 5.764/1971 e normas do Banco Central do Brasil. As cotas-partes representam participação no capital social da cooperativa, são registradas pelo custo de aquisição, não possuem mercado ativo e não são passíveis de negociação. Sua realização está condicionada às disposições estatutárias, e eventuais remunerações ou sobras, quando aprovadas, são reconhecidas no resultado do período.

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas e leva em consideração a vida útil e econômica estimada dos bens, conforme segue:

Descrição	Taxa Anual	
	31/12/2024	31/12/2023
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	4%
Móveis e utensílios	10%	10%
Móveis e utensílios (Biblioteca/Instrumentos)	10%	10%
Equipamentos de Informática	20%	20%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%
Quadra Poliesportiva	4%	4%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício, a Associação não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do

ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios em decorrência de aquisições de produtos e serviços vinculados à atividade fim do Instituto Socioassistencial Terra Livre, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (12 meses), e quando for superior a esse prazo serão apresentadas no passivo não circulante.

h) Obrigações Trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Em atendimento à legislação vigente às entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos na legislação trabalhista, a Entidade deve contribuir para o PIS com a quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, qual é registrado em despesas administrativas, gerais e tributárias, obedecendo ao regime da competência.

i) Obrigações Tributárias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Lei nº 9.532 de 1997, em seu artigo 15, trata do tema considerando isenção exclusiva ao imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido. Já para as contribuições de Pis e Cofins é restrita ao faturamento e ou receita conforme os artigos 08 e 23 da Instrução Normativa Nº 2.121 de 2022.

j) Patrimônio Social

É constituído integralmente pelos valores originais de Superávits ou Déficits incorporados, apurado em conformidade com o regime de competência ao final do exercício, além de contemplar os ajustes de exercícios anteriores.

k) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo os abatimentos. Atualmente as receitas são provenientes de doações e são registradas de acordo com o efetivo

ingresso no caixa, ou seja, quando recebidas financeiramente, momento coincidente com a sua competência.

l) Receitas, custos e despesas não monetários.

O reconhecimento das receitas, custos e despesas não monetárias são realizados no momento da efetiva prestação do serviço ou entrega dos produtos objeto de doação. As receitas têm sua contrapartida alocada como custos ou despesas dependendo da aplicação em projetos ou utilização na operação administrativa e são mensuradas pelo valor justo da contrapartida avaliado pelo doador, caso fosse cobrada financeiramente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme demonstrado abaixo, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	462	51
Bancos conta movimento	117.862	62.016
Aplicações Financeiras	466.993	148.613
Total	585.317	210.679

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5. Créditos Diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a terceiros	543	110
Adiantamentos de salários	-	-
Total	543	110

O saldo de adiantamento a terceiros remanescente de 2023 foi liquidado no ano de 2024 com a emissão da nota fiscal do fornecedor.

6. Impostos a Recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	1.793	-
IOF	243	-
Total	2.036	-

O saldo refere-se a projeções dos tributos incidentes sobre os rendimentos das aplicações financeiras mantidas pela entidade.

7. Investimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	347,00	-
Total	347,00	-

A entidade mantém investimento em Conta Capital junto ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICCOOB, conforme previsto no estatuto social da cooperativa da qual é associada.

8. Imobilizado

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido do saldo da depreciação acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, considerando o tempo da vida útil dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Entidade estão demonstrados a seguir:

Imobilizado	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2023
Terrenos	471.875	471.875	31.540	31.540
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	15.816	-	-	15.816
Móveis e Utensílios	50.355	-	-	50.355
Equipamentos de Informática	39.307	-	-	39.307
Máquinas e Equipamentos	4.670	-	-	4.670
Moveis e utensílios (Biblioteca/Instrumentos Musicais)	49.275	-	-	49.275
Quadra Poliesportiva	-	-	68.582	68.582
Total	631.298	-	-	259.544

Depreciação	31/12/2024	Depreciação	Baixas	31/12/2023
(-) Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	- 8.723	- 527	-	- 8.195
(-) Móveis e Utensílios	- 50.355	-	-	- 50.355
(-) Equipamentos de Informática	- 39.307	-	-	- 39.307
(-) Máquinas e Equipamentos	- 4.670	-	-	- 4.670
(-) Moveis e utensílios (Biblioteca/Instrumentos Musicais)	- 49.275	-	-	- 49.275
(-) Quadra Poliesportiva	-	-	-	- 44.272

			44.272	
Total	- 152.329	-3.376	-	- 196.074
Imobilizado Líquido	478.969	-	-	63.470

Conforme política contábil adotada, e em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 27 - Ativo imobilizado, o Instituto Terra Livre baixa seus ativos quando vendidos ou quando não se espera obter benefícios econômicos futuros.

No exercício findo em 31/12/2024, foram baixados do imobilizado, um terreno e uma quadra poliesportiva, em razão da perda da posse dos bens.

Desta forma, os referidos imobilizados foram retirados da escrituração contábil, considerando a inexistência de expectativa de recuperação dos valores desses ativos.

9. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores diversos	-	2.619
Total	-	2.619

Na data de encerramento do exercício, 31 de dezembro de 2024, não havia saldos registrados na conta de fornecedores.

10. Obrigações com Encargos Sociais e Trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, férias e rescisões a pagar	15.250	15.735
Provisões de férias e encargos	7.900	11.792
FGTS	2.362	1.566
INSS	2.172	5.216
IRRF	481	276
PIS	-	295
Total	28.166	34.879

A Companhia reconhece as obrigações trabalhistas e os respectivos encargos sociais de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária vigente.

11. Receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Doações e Contribuições	1.110.839	634.928
Receitas Gratuitades	255.099	403.374
Total	1.365.938	1.038.301

As receitas monetárias são registradas quando recebidas financeiramente como forma de doação, momento coincidente com a competência, que estabelece que sejam incluídas na

apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se relacionarem com suas respectivas despesas.

12. Despesas por natureza

O Instituto optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo CPC, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Administrativas	- 612.652	- 541.307
Despesas de Gratuidades	- 255.099	- 403.374
Total	- 867.751	- 944.680

13. Resultado Financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	30.029	12.895
Despesas Financeiras	- 4.114	- 1.032
Total	25.915	11.863

14. Eventos Subsequentes

O Instituto adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2024 e essa data não houve eventos julgados pela Administração como relevantes para divulgação ou com necessidade de registro.